

## PARLAMENTARISMO E IMPASSE POLÍTICO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 19.04.1983

O Colégio Eleitoral através do qual se pretende escolher o novo presidente da República é inaceitável e caracterizado pela irresponsabilidade política. É inaceitável porque está marcado pelo autoritarismo. É uma irresponsabilidade política porque o país viverá em instabilidade permanente se for governado por um presidente sem apoio da sociedade civil por mais seis anos. O Brasil enfrenta e enfrentará nos próximos anos momentos difíceis. Necessitará, portanto, de um Governo dotado de legitimidade e autoridade. Um presidente nascido nesse Colégio Eleitoral não terá nem legitimidade nem autoridade.

O grave, entretanto, é que a alternativa que as oposições apresentam não é nem viável nem especialmente desejável: eleições diretas nos quadros do regime presidencialista.

As eleições diretas para a Presidência da República não são viáveis ou têm pouca probabilidade de se transformarem em realidade não apenas porque o PDS assim arrisca perder a presidência, mas principalmente porque as classes dominantes brasileiras a burguesia e a alta tecnoburocracia temem o que poderíamos chamar de “golpe eleitoral”, ou seja, a eleição de um político que, embora apoiado pelo voto popular, não represente em absoluto a correlação de forças econômicas e políticas existentes no país. Já tivemos pelo menos um caso de “golpe eleitoral” no passado, com a eleição do Sr. Jânio Quadros. As classes dominantes não querem arriscar-se em uma segunda aventura desse tipo. A exigência de maioria absoluta dos votantes (excluídos votos em branco e nulos) poderia minorar o problema, realizando-se, se necessário, o escrutínio em dois turnos, mas não o resolveria.

Mas além de não ser viável ou provável, a eleição direta do presidente da república nos quadros de um regime presidencialista simplesmente não é desejável. Porque o presidencialismo é uma forma rígida e em última análise autoritária de governar. Entre os países desenvolvidos e democráticos o presidencialismo pleno só existe nos Estados Unidos. E lá funciona, aliás, mal graças à longa tradição democrática da sociedade

norte-americana. Mas é evidentemente um regime superado, que só a tradição mantém naquele país. Nos demais países o parlamentarismo é a regra, porque é um regime muito mais flexível e porque é capaz de representar muito mais adequadamente a vontade da sociedade organizada.

No Brasil e na América Latina de um modo geral somos presidencialistas por dois motivos: por mero mimetismo, ou seja, por mera subordinação cultural em relação aos Estados Unidos, e porque essa forma de governo é muito mais consentânea com o caráter autoritário de nossas sociedades. Transformar um caudilho em um “presidente” era e é fácil. Eleger pelo parlamento um primeiro ministro é uma revolução anti-autoritária.

Isto tanto é verdade, que, quando se fala em parlamentarismo no Brasil, os interlocutores falam logo em projeto “utópico”, e em seguida argumentam que o povo brasileiro ou o próprio parlamento “ainda não estão preparados” para o parlamentarismo. Com isso desmoralizam o povo e o parlamento e caem na armadilha do pensamento autoritário.

E, no entanto, não apenas o Brasil já está preparado para o parlamentarismo, mas, provavelmente, esta é a única solução institucional capaz de superar o presente impasse em que se encontra o país em relação à sucessão do Presidente Figueiredo impasse revelado no caráter escandaloso e irresponsável da solução via Colégio Eleitoral, e no caráter inviável e, em última análise, indesejável, das eleições diretas.

Mantido o presidencialismo a luta pelas eleições diretas, ainda que uma solução melhor do que a eleição indireta via Colégio Eleitoral, é uma luta com poucas probabilidades de vitória. E afinal não resolverá o presente impasse. O PMDB, os demais partidos de oposição, e o próprio PDS devem, portanto repensar com urgência o problema.(19/04)